

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.491.981 - RS (2019/0115552-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO RAMO DE MATERIAIS DE
CONSTRUÇÃO DA REGIÃO DE CRIC
ADVOGADOS : JORGE ANDRÉ RITZMANN DE OLIVEIRA - SC011985
JULIANO RICARDO SCHMITT - SC020875
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - RS083640A
AGRAVADO : CECILIA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
ADVOGADO : ERNANI ADOLFO JAEGER - RS074542

DECISÃO

Trata-se de agravo contra inadmissão de recurso especial interposto por COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO RAMO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DA REGIÃO DE CRIC. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

"APELAÇÕES CÍVEIS. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO C/C SUSTAÇÃO DE PROTESTO. ENDOSSO-MANDATO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE PROVAS DE QUE A SEGUNDA RÉ ERA MERA MANDATÁRIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. REDIMENSIONAMENTO. AGRAVO INTERNO. Figurando o recorrente no polo passivo da relação processual, não tem legitimidade para recorrer da exclusão de outro réu, cabendo a insurgência apenas ao autor da demanda. Hipótese em que a exclusão da terceira demandada ocorreu em razão da desistência do feito em relação a esta, contra o que não pode se insurgir o ora recorrente. Agravo interno não conhecido.

APELAÇÕES. Não possui a instituição financeira legitimidade para responder à demanda quando leva a protesto título que recebeu mediante simples endosso mandato, sem adquirir sua propriedade. Inteligência da súmula 476 do STJ.

Extinção do feito, sem julgamento do mérito, em relação ao banco recorrente.

Ausência de provas nos autos de que o título fora recebido pela segunda ré mediante endosso - mandato, devendo-se considerar, ainda, que no título esta consta como credora atual, razão pela qual inviável reconhecer sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da demanda.

Redimensionamento dos ônus sucumbenciais em razão da alteração do julgado.

AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO. PRIMEIRO

APELO PROVIDO.
SEGUNDO APELO DESPROVIDO.
UNÂNIME" (fl. 268 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, o recorrente sustenta violação dos artigos 917 do Código Civil, 373 e 85, §§ 2º, 8º e 11, do Código de Processo Civil de 2015.

Aduz que é parte ilegítima para figurar no polo passivo da ação.

Menciona

"(...) que o protesto reclamado nos autos pela Cooperativa Recorrente na condição de mandatária tem como credor endossante a pessoa jurídica Rocha Forte Comércio e Indústria LTDA. - EPP, este que é o único que pode e deve responder pela condenação imposta, carecendo ser reformada a decisão por essa Corte, uma vez que comprovadas a violação de lei federal acima delineada" (fl. 312 e-STJ).

Alega que na decisão do juiz primevo os honorários advocatícios foram fixados por equidade, portanto, o acórdão não poderia ser fixado em percentual.

Sem contrarrazões (certidão de fl. 313 e-STJ).

O recurso foi inadmitido na origem.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irrisignação não merece prosperar.

De início, no tocante ao argumento de ilegitimidade de parte, observa-se dos autos que o acórdão recorrido foi fundamentado em análise contratual e no conjunto fático-probatório dos autos, conforme o seguinte trecho:

"(...)

Quanto à preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela recorrente Cecrisacred, todavia, tenho que a mesma sorte não lhe assiste.

Sucedem que os documentos carreados aos autos pela demandada - contrato de adesão a sistema de cobrança - não são suficientes para comprovar que tenha recebido o título mediante endosso mandato, conforme alega. Ademais, consta no documento de fl. 14, que a ora apelante é credora atual do título.

Diante disso, não restando comprovado que era mera mandatária da emitente do título, não há falar em ilegitimidade passiva da

ora recorrente" (fl. 277 e-STJ).

Desse forma, rever os argumentos trazidos encontra óbice nas Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

No mais, não há falar na incidência do § 8º do art. 85 do CPC/2015. Nos casos como o dos autos em que não há condenação (sentença de fls. 194/200 e-STJ), deve-se utilizar como base de cálculo para a fixação dos honorários advocatícios o valor da causa.

Observadas, portanto, as peculiaridades da lide, a Corte local definiu corretamente os honorários advocatícios a partir do valor da causa e com obediência aos limites impostos pelos §§ 2º e 6º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito.

A esse respeito, a Segunda Seção desta Corte já pacificou entendimento, consolidado na seguinte ementa:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor

Superior Tribunal de Justiça

atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido."

(REsp 1.746.072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019)

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Deixo de aplicar o artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que os honorários advocatícios já foram fixados no grau máximo (fl. 277 e-STJ).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 24 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator